

DISPUTAS NO INTERIOR DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA DISCUTIR A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO



DANIELLE ALEXANDRE KALATE ¹
ÉMERSON DIAS DE OLIVEIRA ²
JAYNE MARIA COSTA ³
LUCILENE PEREIRA SANTOS ⁴

Resumo

O entendimento do campo enquanto lugar do conflito e das disputas territoriais é uma questão que tem sido constantemente desconstruído pelas mídias populares, o qual acaba sendo corriqueiramente apregoado como o domínio da extensa produção do agronegócio. No entanto, neste estudo está colocada outra perspectiva de campo, um território de vida, de cultura, de gente, enfim, para além da frieza vigente nos chamados “desertos verdes”, onde as políticas públicas, apesar de bastante reduzidas, podem também serem buscadas e conduzidas para possibilitar o modo de vida camponês. Nesta pesquisa se discute um breve diagnóstico do campo brasileiro, uma reflexão que está deslocada do sentido dicotômico do campo, pois é sabido que o Brasil, um país de extensões continentais, tem plena capacidade de sustentar a agricultura capitalista e camponesa, ou seja, buscou-se construir um debate envolto no viés dialético destes territórios. Por fim, é tomada como especificidade a questão da educação camponesa, frisando a importância que esta política pública apresenta para potencializar as estratégias de resistência dos movimentos camponeses, pois esta educação quando bem estruturada serve enquanto ferramenta para cristalizar a identidade desta mobilização social e auxiliar a formação das futuras gerações camponesas.

Palavras-chave: Campesinato; Educação do/no Campo; Território; Questão Agrária.

Abstract

The understanding of the countryside as a place of conflict and territorial disputes is an issue that has been constantly deconstructed by the popular media, which ends up being commonly proclaimed as the domain of the extensive production of agribusiness. However, in this study another field perspective is placed, a territory of life, of culture, of people, in addition to the coldness in the so-called "green deserts", where public policies, although quite small, may also be sought and conducted to enable the peasant way of life. This research discusses a brief diagnosis of the Brazilian field, a reflection that is displaced from the dichotomous sense of the field, since it is known that Brazil, a country with continental extensions, has full capacity to support capitalist and peasant agriculture, that is, a debate enshrined in the dialectical bias of these territories. Finally, the issue of peasant education is taken as a specificity, stressing the importance of this public policy to strengthen the resistance strategies of the peasant movements, since this education, when well structured, serves as a tool to crystallize the identity of this social mobilization and to help future peasant generations.

Keywords: Peasantry; Education in the Field; Territory; Agrarian Question.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR.

² Doutor em Geografia pela UEL (2019). Professor do Colegiado de Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR.

³ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR.

⁴ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR.



Introdução

O debate da questão agrária é uma temática que traz consigo inúmeras perspectivas de análises sociais, sendo diversos e plurais os contornos envolvendo a sua discussão. A proposta deste ensaio se reveste de elaborar um apanhado geral desta temática com vista a situar o papel e lugar da educação camponesa, pois é bastante dificultoso discutir as políticas públicas do campo quando deslocado de uma adequada compreensão acerca das disputas e interesses que envolvem este cenário. “Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. (MARTINS, 1994, p. 12-13).

Antes de tudo, é importante situar e evidenciar qual é o ‘campo’ que está tratado aqui, pois este setor é historicamente partilhado por um modelo hegemônico, o qual é representado pela agricultura capitalista e outro modelo de resistência e luta que se figura por intermédio dos grupos camponeses. Entretanto, vale frisar que a reflexão do campo neste estudo não está colocada de maneira dicotômica, ou seja, através do choque entre estes dois modelos agrícolas, o que se discute é um entendimento destes territórios através de uma interação dialética, pois, apesar das assimetrias que envolvem esta questão, é perfeitamente cabível a coexistência de ambas as territorialidades⁵ no campo brasileiro.

As disputas e embates físico-ideológicos destes modelos no meio social é uma realidade já enraizada há muito tempo, portanto, nos seria um grande perigo continuar (re)afirmando tais discursos no meio científico. É por isso que a questão agrária carece de ser abordada enquanto uma realização totalitária, a qual tem plena capacidade de sustentar ambas as agriculturas. Em relação à interação advinda desta realidade, Oliveira (1986) destaca que a contradição advinda do modo de produção capitalista no campo, com distinção para sua fase monopolista, cria, recria e comandam as relações não capitalistas de produção, a exemplo do campesinato e a propriedade capitalista da terra.

⁵ A territorialidade corresponde às relações sociais e as atividades diárias que os homens têm com a sua natureza exterior. É resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e reorganização da vida quotidiana [...]. [De modo que] a identidade é construída pelas multiterritorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como templos, as canções, as crenças, os rituais, etc (SAQUET, 2009, p. 08).



Portanto, discute-se aqui tanto o campo da modernidade e intensificação do capital como também o campo das resistências e lutas dos movimentos sociais camponeses. Nesta pesquisa, o cuidado teórico está revisto no intento de evidenciar um pouco das geografias e histórias do campo brasileiro, ou seja, mostrar algumas territorialidades que nem sempre estão expostos nas convencionais mídias populares, pois estas últimas quase sempre apresentam o olhar do capital sobre o campo em detrimento do modo de vida peculiar a cada sujeito social que lá reside.

Neste sentido, se faz crucial o resgate da compreensão teórica do território conforme é discutido em Santos (2005), pois é através do entendimento acerca do uso (territorialidades) que se faz de um determinado espaço geográfico é que fica evidenciada a interpretação do território. Em vista disso, fica nítido que o campo é na realidade um emaranhado de territórios em disputa, pois nele se tece uma trama de vínculos complementares e conflitantes, e através de uma reflexão no interior deste jogo de forças é possível discorrer de forma mais aclarada acerca da questão agrária. Esta situação esclarece que “o território ganha sentido quando se dimensiona o uso que ali se dá, explicando claramente que o entendimento dos conflitos territoriais está muito aquém de observações superficiais ou primárias refletidas pelos fenômenos analisados” (DE OLIVEIRA, 2019, p. 47).

Ciente da importância que um apropriado levantamento teórico apresenta para as pesquisas acadêmicas, o presente ensaio utilizou enquanto aporte da pesquisa bibliográfica. Através deste procedimental metodológico teve-se um levantamento teórico em relação à importância que uma adequada compreensão da questão agrária possui, uma vez que o agrário se faz presente nos mais variados estratos sociais. Em relação à metodologia do tipo pesquisa bibliográfica, Cervo; Bervian (2002) colocam que esta é um:

[...] meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. Como resumo de assunto constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica (*ibidem*, p. 66).

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica oferece meios que ajudam na interpretação e aprofundamento de assuntos superficiais, uma vez que o resgate teórico exige um esforço de leituras, estudos e discussões da temática em questão. Para Andrade (1997), com este tipo de pesquisa as regras de estudo e observação não se



apresentam de forma cerradas e inflexíveis, entretanto, ela exige certa coerência disciplinar, tarefas e critérios estes que são condicionantes para validar os posicionamentos teóricos ao longo dos estudos.

Através destas leituras foi possível discorrer acerca de qual campo se faz presente no país, interpretação esta que facilita as abordagens das questões agrárias, incluindo-se aí as possibilidades que estão postas para a educação no/do campo. Este cuidado teórico deve-se pelo fato de considerar o campo brasileiro como um espaço extremamente complexo e com intensos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R⁶).

Portanto, sabedor do jogo de forças vigente no agrário, compreende-se que as territorializações destes domínios carregam em si “uma solidez histórica envolvida em constantes processos de reconstrução territorial, ou seja, os fenômenos sociais alteram-se continuamente, em acordo aos ordenamentos territoriais vigentes espaço-temporalmente (DE OLIVEIRA, 2019, p. 88).

Caminhos e (des)caminhos do campo brasileiro

A problematização dos questionamentos que envolvem o campo brasileiro é uma realidade que historicamente foi tratada de maneira fragmentada e assimétrica, uma vez que o poder público sempre esteve a serviço da hegemonia agrário-capitalista. Assim, discutir o campo brasileiro enquanto totalidade é uma apreensão que vem se fazendo presente apenas nos últimos anos por iniciativa de alguns estudos acadêmicos, pois as limitações prático-teóricas destes domínios não se resumem ao seu escopo material e nem ideológico, ou seja, o campo é muito mais que o lugar do cultivo, ele é também o lugar da reprodução social da vida e como tal carece de políticas que garanta um mínimo de dignidade humana aos seus sujeitos.

A dimensão política e econômica que está vinculada a estruturação da agricultura abrange uma necessidade ampliada quando da compreensão do meio social, contexto em que é possibilitado discorrer de uma questão agrária. É importante considerar que paralelo a esta perspectiva existe também uma questão agrícola, sendo que apesar de estarem diretamente relacionadas entre si, à questão agrária e a questão agrícola envolvem uma pluralidade de apreensões teóricas e analíticas, e

⁶ “Essa estrutura, grosso modo, atrela a formação do território (Territorialização), sua destruição (Desterritorialização) por mais que seja temporária e a sua recriação através da Reterritorialização” (DE OLIVEIRA, 2019, p. 88).



constantemente se conflitam, tanto política quanto ideologicamente. Em seus estudos, Graziano da Silva (1998) diferencia estas duas abordagens ao argumentar que:

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz [...] No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organizam o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 11, grifo do autor).

Portanto, o campo é um complexo de imbricações que não deve ser tomado enquanto um ajuntamento de destaques teorizados em abordagens simplistas e tendenciosas, uma vez que se exige um cuidadoso estudo envolvendo a gênese territorial presente que cada realidade. Entretanto, tais considerações não é o que tem sido percebido nestes territórios, dada a acentuada penetração do capital no campo brasileira. Assim, toda a dinâmica dos vínculos e relações populacionais rurais é alterada, pois as políticas públicas do setor são enviesadas em favorecimento da produção agrícola em detrimento da viabilidade do camponês. Não é o campo da vida que tem validade, mas sim o campo da produção e exploração de todo e qualquer tipo de ‘recurso’ local, nisto inclui-se a própria existência dos agricultores locais.

Nesta lógica, o sistema capitalista ao secundarizar o modo de produção camponês e priorizar o modelo da grande propriedade latifundiária, têm resultados que direta/indiretamente afetam o bem-estar social: revolução verde, êxodo rural, movimentos sociais do campo, favelização/segregação urbana, exploração ambiental, transgenia, agrotóxico, aumento dos preços dos alimentos, concentração fundiária, isenção de impostos para importação, sucateamento da logística de transporte nacional, entre outros reflexos que prejudicam toda a sociedade. É por isso que a organização sustentável desta temática interessa a tudo e a todos, pois os problemas agrários e agrícolas não acabam ao sair da porteira, eles refletem em praticamente todas as perspectivas analíticas do meio social.

Discursando acerca do papel que a agricultura capitalista opera no meio agrário, Porto-Gonçalves (2006) resume de maneira simples e direta que:

[...] a monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que produzem. A monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política, na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz. Só um raciocínio logicamente absurdo de um ponto



de vista ambiental, mas que se tornou natural admite fazer a cultura de uma só coisa (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28).

Assim, a questão do campo brasileiro está resumida em duas opções: um campo de viés produtivo e concentrado, em que apenas os grandes proprietários usufruem dos seus frutos e ainda socializam os passivos (social, ambiental, econômico) decorrentes deste modelo ou uma ocupação sustentável da terra, em que a prioridade volta-se efetivamente para a dimensão qualitativa⁷. Portanto, é nítido que o campo é um território em disputa dado a coexistência por “[...] um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

O discurso aqui não é o fim da ocupação capitalista do campo, mas a possibilidade para que os camponeses também possam partilhar deste processo e, com isso equilibrar toda a organização social, a exemplo de alimentos mais baratos, de melhor qualidade e diversificados, desinchaço urbano, entre outras benesses decorrentes da perpetuação camponesa. Em virtude destas disputas envolvendo o modelo de agricultura a ser instituído no campo, tem-se a formação de condicionantes que constrói uma condição de classicista entre os camponeses, uma vez que estes engendram fins unitários dado ao seu processo de resistência e recriação⁸ no campo. Tal modelo organizativo acaba sendo fundamental para superar a contraditória ação do capital-agrário.

Segundo Paulino (2006), o camponês atua como “senhor de si” pelo fato de ser dono do meio de produção – a terra –, razão pela qual eles atuam no intento de resguardar a terra, postura corriqueiramente entendida como conservadora pelos de fora. O processo de resistência camponesa no formato de movimento e sujeitos de direitos possibilita a construção de um ‘modo de vida’⁹ peculiar nestes lugares, uma combinação de vários elementos.

⁷ [...] Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato (SHANIN, 2008, p. 34).

⁸ As três formas de recriação do campesinato: o arrendamento, a compra da terra e a ocupação da terra. “E assim se desenvolve num constante processo de territorialização e de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato” (CARVALHO, 2005, p. 24).

⁹ [...] “campesinato é um modo de vida”. Daí, o quanto este “modo de vida” pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, sabemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. [...] (SHANIN, 2008, p. 37).



Portanto, é através do sentido partilhado na noção de empoderamento que os camponeses se constituem enquanto sujeitos sociais e não apenas meros objetos de manobra do capital. Esta discussão remete a necessidade de incorporar as experiências da vida (negativas e positivas) como parte do sujeito, resultando na transformação de uma subjetividade própria e que contribui na personificação camponesa. O sentido desta questão tem o seu valor e intensidade acentuados na mesma proporção em que o seu conteúdo é mobilizado. Deste modo, diferentemente do capital financeiro que quanto mais concentrado, maior renda traz ao seu possuidor, o capital social dos camponeses tem um melhor resultado quanto mais se movimenta entre as realizações camponesas, pois junto com o valor vão e voltam significados que lhes são singulares e responsáveis por potencializar a sua resistência (DE OLIVEIRA, 2019, p. 288).

Com isso, é possível pensar as organizações camponesas enquanto uma prática social e política de resistência campo, pois “na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe” (MARX, 1985, p. 90). Este é o sentido camponês que se articula para fazer valer o direito de acesso a terra, a saúde, a liberdade econômica, entre outros, sendo que uma das questões chaves discorridas aqui é a questão da educação camponesa, uma política que seja feita para e com os camponeses. Em vista disso, fica nítido que o propósito camponês não se assenta isoladamente na acumulação financeira, mas sim na reprodução social da unidade familiar, um esforço que carece do atendimento de inúmeras necessidades destes sujeitos, incluindo a questão de um atendimento educacional especializado as suas realidades.

Educação Camponesa: uma construção social que ensina-aprendendo e aprende-ensinando

Discorrer da educação camponesa é também destacar o processo de politização destes sujeitos sociais, isto é, refere-se a um modelo educativo que atua no sentido do (no) campo, o qual pensa e reflete o mundo a partir do olhar campesino, além da materialidade desse processo dar-se nestes lugares, por isso fala-se em uma educação do/no campo¹⁰. Os desafios postados até aqui são reflexos de um monitoramento diuturno que acontecem no interior dos “movimentos sociais camponeses em estado de luta”, pois estes são os protagonistas do processo de concepção de uma educação

¹⁰ Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Quer-se ajudar a construir escola do campo, ou seja, escola com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo (KOLLING, et al, 1999. 26.29).



pensada deles e para eles, aonde a educação do/no campo surge apenas como mais uma das várias buscas impetradas pelas lutas e enfrentamentos sociais dessa coletividade.

Neste sentido, é possível destacar a singular importância de se pensar uma educação para esses sujeitos, visto que a conjuntura material e existencial da vivência camponesa vai muito além da noção econômica do território, contradizendo a ótica capitalista do campo que tem nesta dimensão o seu único enfoque territorial, ou seja, o componente “acumulação financeira” atua como a fundamental contenda destes dois modelos territoriais no campo.

Assim, pensar a educação do/no campo é também entender a materialidade histórica dos territórios campesinos, uma identidade existencial extremamente antagônica aos vigentes nos centros urbanos. Esse modelo é discutido em Paulo Freire por meio da sua Educação Popular, embasando-se na prática social do sujeito como alicerce de sua estruturação, sendo que várias comunidades aderem a essa pedagogia libertadora, também conhecida como Pedagogia da Alternância. Essa pedagogia propõe o sujeito à ação, pois “os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de outro aprendizado: o de ‘escrever’ a sua vida, o de ‘ler’ a sua realidade, o que não será possível se não tomarem a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos” (FREIRE, 1981, p. 13).

Vale frisar ainda que, apesar das ruralidades serem superficialmente apregoadas como homogêneas por uma significativa parcela de literaturas, o campo é um lugar diverso e plural, pois cada comunidade apresenta uma biografia distinta, além de várias outras diferenciações como; clima, cultivos, folclores, sazonalidades socioeconômicas, religiosidade entre diversas outras materialidades e imaterialidades que particulariza esses lugares. O reflexo disto é a necessidade de uma cuidadosa estratégia de intervenção pedagógica, com vista a não descaracterizar (desvalorizar) os símbolos e signos locais.

A constatação de um campo enviesado em uma perspectiva plural e de múltiplas vivências surge como o receptáculo ideal para se discutir uma forma de ensino-aprendizagem própria, a qual efetivamente conte com a participação dos seus sujeitos. Esse é o sentido principal que fundamenta a educação camponesa, no instante em que a “vez” e a “voz” camponesa estão consideradas nos caminhos teórico-metodológicos a serem conduzidas nesse processo. Qualquer teoria pedagógica torna-se insustentável se não ocorrer uma efetiva partilha educacional que inclua a comunidade camponesa com seus “tempos” e “modos” locais.



Entretanto, apesar de todo o esforço que os apoiadores desta causa se desdobram na contemporaneidade, o acesso e garantia a uma educação dos/nos lugares camponeses recebe crítica por grande parte das elites conservadoras. Estes poderes hegemônicos buscam descaracterizar essas iniciativas com a tentativa de implantar a noção de Educação Rural¹¹, entre outras estratégias perversas de usurpação da territorialidade camponesa. Esse modelo de educação é na realidade proposto de “cima para baixo”, sendo que a missão principal do professor e do extensionista rural é descaracterizar o caráter político e da autonomia dos trabalhadores camponeses.

Contudo, a superação e enfrentamento desse projeto neoliberal de engessamento da emancipação educacional camponesa são impossibilitados em virtude de um modelo autêntico de raciocinar o mundo que emerge do vivido camponês. Esta percepção ideológica é fruto da organização coletiva dos trabalhadores do campo diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos, superação que tem a propriedade camponesa como elemento garantidor.

O elemento de destaque que individualiza esse movimento é antes de tudo a politização dos seus sujeitos, uma vez que estes passam a compreender o significado de sua ação no “entre-os-outros”, ou seja, a noção de sociabilidade é realmente constituída. Nesse cenário, surge com grande significância o “saber social¹²” do camponês, uma habilidade social que contribui na institucionalização de uma matriz social diferenciada em cada região, haja vista, que todos se permitem sociabilizar suas crenças, valores e saberes, o que acaba por municiar com territorialidades imateriais e materiais a singularidade de cada comunidade, uma mesclagem de significados perfeitamente inteligíveis a todos os seus constituintes.

Desta feita, a compreensão escolar dirigida ao campo deve abster-se de pré-concepções rígidas e inflexíveis, pois a conquista do sucesso educativo carece de estar vinculado ao saber social comunitário, oriundos do processo organizativo e das lutas

¹¹ Há uma distinção feita pelos autores da coleção “Por uma Educação do Campo”. Suas definições não levam em conta as origens dos conceitos, mas sim às contradições presentes. Caldart (2004), fala em uma superação da antinomia rural e urbano, e entende a educação rural sendo igual à educação no campo e ambas agem em prol das forças dominantes, defendendo assim uma educação do campo. A educação no espaço rural muitas vezes acaba por priorizar uma educação com saberes e práticas urbanas, sobrepondo o estudo do lugar, sujeitos e saberes.

¹² O “saber social” distingue-se do “saber metódico” ou do “saber científico” e, para fins específicos deste estudo, é entendido como “o saber gestado no cotidiano do trabalho e da luta camponesa, é a expressão concreta da consciência desse grupo social; um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelos camponeses” (DAMASCENO, 1993, p. 55).



sociais do campesinato. Ainda que este saber seja “heterogêneo, contraditório, fragmentado, tem um caráter vivo, dinâmico e, sobretudo é um instrumento útil mediante o qual o camponês se situa no mundo e com ele mantém relação” (DAMASCENO, 1993, p.71).

Assim, é necessário compreender que a escolarização que se expressa não está isolada apenas nas estruturas institucionais, mas nos distintos contextos e questões que engendram a organização, o método de construção e, conseqüentemente, as várias configurações de manifestação social, política e produtiva do mundo camponês. Portanto, a apreensão existencial dos lugares camponeses, aliado com processos formativos humanos e alicerçados na vida, na cultura, no trabalho, e nas sabedorias das práticas sociais camponesas exige um esforço tão complexo de aprendizagem aos educadores quanto aos educandos.

Desta forma, e para uma melhor compreensão do problema, parte-se para a análise de uma importante categoria espacial: o lugar. É por meio da compreensão e do conhecimento do lugar, que os educadores das escolas rurais poderão compor suas práticas educativas, de forma a respeitar e apreender sobre os saberes sociais das comunidades envolvidas (MOURA, 2009, p. 13).

O desafio de uma educação em sintonia com os lugares camponeses demanda do educador uma capacidade ampliada de intromissão didática, pois a ciência de cunho estritamente tecnicizada é um conhecimento de difícil compreensão aos educandos do campo. Faz-se necessário uma rica e sólida interligação empírica na exposição dos conteúdos, ou seja, uma educação freireana que ensina-aprendendo e aprende-ensinando, aonde docente e discente interaja harmonicamente com o emaranhado de saberes comunitários e científicos em discussão, pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Nessa entoada, o papel do docente é atuar em uma perspectiva crítica embutida no viés político da realidade, buscando de forma efetiva promover a construção e reconstrução do debate. Essa concepção diverge dos moldes da “Educação Bancária” que não é libertadora, mas, sim, opressora, pois não busca a conscientização de seus educandos, uma vez que interrompe a reflexão discente em proveito da “eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica. Tal qual quem assume a ideologia fatalista embutida no discurso neoliberal” (FREIRE, 1999, p. 63).

Afinal, mesmo considerando as pelejas em desconstruir os valores e virtudes camponeses, estes grupos criam e recriam formas próprias de superar as artimanhas do



capital e assim, perpetuar a territorialidade camponesa. Portanto, é na práxis vigente junto ao processo de luta e resistência que estes sujeitos fortalecem e estreitam sua identidade existencial, solidificando determinados significados que se contrapõe a lógica do capital, É por isso que a estrutura camponesa pode não ter sentido ao mundo do capital, dado as construções materiais e imateriais que torna cada lugar camponês distinto e singularizado. Esse é o desafio a ser ajustado pelas políticas do campo, incluindo-se a questão dos projetos educacionais, pois antes de qualquer intervenção didático-teórica existe um mundo plural e vivo a ser considerado nos processos de ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

Os apontamentos levantados neste ensaio trazem à tona a fundamental importância que as teorias atinentes ao mundo camponês possuem quando da aplicação da “Educação do/no Campo”, visto que é insustentável falar, discutir e inferir acerca da educação camponesa sem um sólido embasamento teórico-conceitual dos seus protagonistas – o camponês –, pois estes possuem um saber próprio, síntese do aprendizado da vida cotidiana, de suas lutas políticas e do modo como estabelecem a sua reprodução de vida.

A percepção desta questão remete a várias dimensões sociais dos espaços rurais, questões essas que estão perfeitamente compreendidas aos educandos, mas, distante da percepção do educador, instante em que pode-se emergir divergências da compreensão de mundos entre eles. Por isso, é preciso colocar em pé de igualdade os conhecimentos científicos e os saberes populares e camponeses. Assim, discutir a educação camponesa está muito aquém da leitura de bibliografias do tema e interpretações legislativas do assunto, é necessário adentrar e compreender o vivido destes lugares, respeitando, considerando e conservando suas territorialidades.

É importante destacar ainda, que os atores sociais da educação do/no campo posicionam-se historicamente como pessoas determinadas e determinantes, desempenhando um papel proeminente na conjuntura das relações sociais, políticas e econômicas mais extensas ao tecer suas lutas centradas para eixos maiores voltados à edificação de concepções societárias que desafiam o modo de produção capitalista e a educação pública que atende, historicamente, as instâncias do capital.

Nestes termos, percebe-se que a questão do acesso e garantia de uma educação do/no campo é bem mais complexa do que aparenta ser. Essa questão pode ser melhor



compreendida através da concepção de “superestrutura” discorrida em Marx, pois as precárias condições vividas por diversos trabalhadores rurais brasileiros carecem de uma valorização para além da educação camponesa em decorrência de ainda haver inúmeros sujeitos “anônimos” e “invisíveis” nesses lugares, distante de um pleno acesso a efetivas políticas públicas emancipatórias.

Desta feita, discorrer a educação camponesa é discutir também os “movimentos sociais camponeses em estado de luta” como um processo pedagógico que materializa e explica o acesso a direito e garantias sociais, pois a educação camponesa contemporânea só foi conquistada graças aos enfrentamentos sociais destas bases sociais. Por isso, é importante evidenciar as contribuições realizadas com a Pedagogia do Movimento¹³, uma riqueza política que antecede qualquer processo de escolarização convencional, pois assumem a perspectiva de edificação de uma concepção de campo que se situe “para além do capital”.

Essas discussões mostram que é perfeitamente compreensível a razão de a educação do/no campo serem dotados de uma carga tão complexa, quando comparado aos processos convencionais de educação vigente no meio urbano. A educação camponesa deve ser instruída de forma menos tutelada e escolarizada e desde as demandas próprias da formação dos militantes da organização, mas na necessária perspectiva de classe trabalhadora unificada na luta contra o capitalismo, pois a contextualização material e histórica destes lugares remete a uma racionalidade substantivada e não instrumental, aonde todos os elementos que compõe esses territórios existenciais se revelam em uma sintonia sinérgica e virtuosa.

Não se dissocia a escola do trabalho, das vivências, das colheitas, das estações do ano entre vários outros meios integrados ao mundo camponês. Com isso, os aprendizados da vida roceira não apresentam um período exato para início e fim, visto que se dá cotidianamente, conforme as condições e empreitadas possíveis de serem feitas pelas crianças e adolescentes. A sustentação dos saberes para manter a diversidade, tanto alimentar quanto de técnicas de produção, colheita, armazenamento, industrialização e em alguns casos, comercialização demanda muito esforço, zelo e conhecimento. As instruções realizadas em uma determinada região ou município,

¹³ A Pedagogia do Movimento foi na origem da Educação do campo sua mediação fundamental, enquanto concepção pedagógica, de educação. “Há os que se deslocam porque querem [os viajantes, os turistas], os que se deslocam porque creem [os peregrinos, romeiros], os que se deslocam porque precisam [os migrantes da fome, os exilados] e há os que se deslocam porque devem [os engajados - para usar uma expressão cara aos dos anos 1960 - os comprometidos com o outro, com uma causa]” (BRANDÃO, 2008, p 40).



muito possivelmente, carece ser ajustado para outro espaço, não tão afastado dali, devido à disparidade climática, de flora e fauna, além de outras questões, inclusive culturais.

Essas particularidades traz a necessidade de se consolidar um outro paradigma educacional nos territórios campesinos, de tal forma que se permita um educando questionador, crítico e alinhado com seu lugar no contexto global de mudanças frequentes, criando as condicionantes para o desenvolvimento integral das capacidades essenciais de todos os membros da sociedade camponesa. Enfim, a escola do campo é na realidade apenas um instrumento social a serviço da continuidade camponesa, pois falar da educação é antes de tudo destacar os seus protagonistas, sendo que somente após uma plena compreensão destes agentes é possível apontar para um debate amplo da Educação do/no Campo.

Data de submissão: 01/09/2019

Data de aceite: 10/02/2020



Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- BRANDÃO, C. R. Andarilhagem. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Vozes, 2008.
- CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, n. 5, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, educação e saúde (Online), v. 7, p. 35-64, 2009.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: DAMASCENO, Maria Nobre & THERRIEN, Jacques (coord.). **Educação e escola no campo**. Campinas, Papyrus, 1993.
- DE OLIVEIRA, E. D. **A Agricultura Camponesa na Microrregião Geográfica de Faxinal/PR**: Territórios de Resistência Frente aos Avanços da Agricultura Capitalista. 351 f, Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina/PR, 2019.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo; Editora Brasiliense, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários para à prática educativa. 12. ed. São Paulo. Paz e Terra. 1999.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Tradução João Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/45215994/MARX-Karl-Miseria-da-Filosofia-Glob-al>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- MOURA, E. A. **Lugar, saberes e educação do campo**: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira – Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009
- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, v. 01, 1986.



PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Debates Territorio y movimientos sociales**. Ano VI, n. 16, enero-abril, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osa116/D16Santos.pdf>. Acesso em 14 abr. 2019.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. CEBRAP. São Paulo: Brasileira de Ciências, nº. 26, 1980.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.